

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – LINHA EDITORIAL.....	7
-------------------------------------	---

DOCTRINA

TEORIA GERAL E PROTEÇÃO AO AMBIENTE

Covid-19 e Justiça Ambiental: o direito fundamental ao mínimo existencial socioambiental <i>Covid-19 and Environmental Justice: the fundamental right to the socio-environmental minimum existential</i> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO e JOANA D'ARC DIAS MARTINS	19
Teoria dos sistemas: a dupla contingência como fundamento da responsabilidade penal empresarial ambiental <i>Systems theory: double contingency as environmental corporate's criminal liability basis</i> ALEX FERNANDES SANTIAGO e PLÍNIO LACERDA MARTINS	47
O direito à luz das estrelas: uma análise dos impactos decorrentes da poluição luminosa <i>The right to starlight: an analysis of the impacts arising from light pollution</i> ALEXANDRA DE OLIVEIRA DA SILVA e ANDREZ WESCLEY MACHADO.....	89
Um diálogo entre o tempo do Direito Ambiental e a construção da justiça socioambiental <i>A dialogue between the time of Environmental Law and the construction of socio-environmental justice</i> MAYRON MORAIS DAMASCENO e JOSÉ LUÍS SOLAZZI.....	113

Educação ambiental e as novas tecnologias: a proposta dos zoológicos de realidade virtual em benefício da dignidade animal

Environmental education and new technologies: the proposal of virtual reality zoology in benefit of animal dignity

TAGORE TRAJANO DE ALMEIDA SILVA e RAPHAEL LEAL ROLDÃO LIMA..... 139

AMBIENTAL – ADMINISTRATIVO

Regulação ambiental no contexto da gestão brasileira de recursos hídricos: em busca de uma matriz de desenvolvimento sustentável

Environmental regulation in the context of Brazilian water resource management: in search of a sustainable development matrix

BRUNO BASTOS DE OLIVEIRA, MARISA ROSSIGNOLI e MARCELO MAZIN 159

AMBIENTAL – PENAL

A utopia legislativa penal e o meio ambiente: tutela jurídica ambiental e a realidade das penas no Brasil

Penal legislative utopia and environment: environmental legal protection and the reality of penalties in Brazil

ALENCAR FREDERICO MARGRAF, NICOLAS SABINO PARMEZAN,
HELIAN KOSLOSKI DOS SANTOS e RAFAEL DE LAZARI..... 185

AMBIENTAL – BIODIVERSIDADE

Unidades de conservação: desapropriações ambientais e reclassificação

Conservation units: environmental expropriations and reclassification

WALLACE PAIVA MARTINS JUNIOR, FERNANDO REVERENDO VIDAL AKAOUI e
PEDRO HENRIQUE INCERPI PAIVA MARTINS 209

AMBIENTAL – URBANÍSTICO

O direito coletivo ao adequado ordenamento do solo urbano: a transição gradual de paradigma e a atuação do poder municipal no controle territorial

The collective right to adequate urban soil ordering: the gradual transition of paradigm and the performance of municipal power in territorial control

MARCELO RODRIGUES MAZZEI, SEBASTIÃO SÉRGIO DA SILVEIRA e
ZAIDEN GERAIGE NETO 243

AMBIENTAL – INTERNACIONAL

A jurisprudência sobre meio ambiente da Corte Interamericana de Direitos Humanos

The case law of the Interamerican Court of Human Rights on the environment

LUCAS CARLOS LIMA..... 273

A proteção ambiental no Direito da Integração: uma análise do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia sob a ótica da sustentabilidade

Environmental protection in the Integration Law: an analysis of the Free Trade Agreement between Mercosur and the European Union from the perspective of sustainability

LUCIANE KLEIN VIEIRA e MARIELA MENDES DA SILVA 303

AMBIENTAL – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Litigância climática: perspectivas a partir de um estudo sobre aspectos éticos e econômicos

Climate change litigation: perspectives from a study about ethical and economic aspects

DÉLTON WINTER DE CARVALHO e GUSTAVO VINÍCIUS BEM..... 339

AMBIENTAL – ENERGIAS ALTERNATIVAS E NOVAS TECNOLOGIAS

As modernas fontes de energias renováveis e o desenvolvimento regional do Nordeste brasileiro: a questão das receitas públicas

Renewable energy sources and regional development of Northeastern Brazil: the public revenue issue

RAFAEL CÉSAR COELHO DOS SANTOS..... 367

AMBIENTAL – TRIBUTÁRIO E ECONÔMICO

Economia circular: garantia para o direito fundamental ao meio ambiente equilibrado

Circular economy: a guarantee for the fundamental right to a balanced environment

EMERSON ADEMIR BORGES DE OLIVEIRA, RENATA CRISTINA OLIVEIRA DE ALENCAR SILVA e CATHARINA MARTINEZ HEINRICH FERRER..... 391

A metodologia oficial de valoração econômica dos recursos e dos danos ambientais no Brasil

The official economic valuation methodology of resources and environmental damage in Brazil

NIVALDO CAETANO DA CUNHA..... 413

Stakeholder participation in dam safety plans in the mining sector

Participação de partes interessadas em planos de segurança de barragens no setor de mineração

KAREN ALVARENGA DE OLIVEIRA..... 433

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

São inválidas as licenças ambientais para atividades agrícolas potencialmente danosas ao meio ambiente, ainda que provisórias, com base em dispositivo de norma estadual declarado inconstitucional, por caracterizar usurpação de competência exercida pela Suprema Corte

LIVIA MARIA MARTINIANO LACERDA e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA..... 457

É inconstitucional norma estadual que prevê hipóteses de dispensa e simplificação do licenciamento ambiental para atividades de mineração, por tratar-se de tema de competência legislativa da União

MARIANA DE CARVALHO PERRI e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA..... 461

É constitucional lei municipal que proíbe o uso de fogos de artifício ruidosos, visando assegurar maior proteção à saúde e ao meio ambiente ALEXANDRE FERNANDES SILVA e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA.....	465
---	-----

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Afastada a incidência de IPTU em área de preservação permanente, quando as limitações ambientais implicarem na inexequibilidade absoluta do uso e gozo da propriedade/posse pelo contribuinte, inviabilizando o direito de construir no imóvel ou de usufruí-lo na sua integralidade MONICA STAMM e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA.....	469
---	-----

Apreensão de veículo utilizado na prática de infração ambiental, fundada na atual redação do § 4º do art. 25 da Lei 9.605/98, independe do uso específico, exclusivo ou habitual para a empreitada ilícita VITÓRIA LEOPOLDINA GOMES MENDES e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA.....	475
--	-----

Caracterizada a degradação de área de preservação permanente é necessária a recomposição do dano na sua integralidade, não permitindo que seja efetuado o desconto pretendido na área de calçamento ALESSANDRA ALMEIDA NEVES CÍCERO DE SÁ e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA.....	478
---	-----

É inadmissível a anulação da condenação à demolição da construção pelos proprietários dos imóveis em áreas de preservação permanente, baseada em licença ambiental nula por ter sido conferida por órgão incompetente MARIANA CARVALHO VICTOR COELHO e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA.....	482
--	-----

A extensão da faixa não edificável nas áreas de preservação permanente, a partir das margens de cursos d'água naturais em trechos caracterizados como área urbana consolidada, deve assegurar a mais ampla garantia ambiental e à coletividade. Tese fixada em sede de recursos repetitivos ALESSANDRA ALMEIDA NEVES CÍCERO DE SÁ e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA.....	486
---	-----

Registro de reserva legal em propriedade rural, ajuizada antes da entrada em vigor do atual Código Florestal, deverá ser feito em cartório de imóveis, nos termos da legislação ambiental anterior FLÁVIA MARIA DE ABREU VIANA e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA.....	491
--	-----

Anulação de decisão, com retorno ao tribunal de origem para andamento processual, em decorrência de tese fixada pelo STJ em que é permitida a citação por edital do réu desconhecido em ações ambientais LUIZE DUARTE PIVETTA e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA.....	494
---	-----

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA

São inconstitucionais leis estaduais e decretos legislativos restritivos e limitadores do dever constitucional do Poder Executivo de aplicar políticas públicas voltadas à defesa e proteção do meio ambiente MONICA STAMM e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA.....	499
--	-----

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

Concedida liminar para criação de Câmara Judicial de Proteção, com a finalidade de assessorar na adoção de medidas estruturais necessárias para garantir a integridade ecológica de área degradada, com riscos de irreversibilidade, por meio de uma governança judicial socioecológica GIORGIA SENA MARTINS e JOSÉ RUBENS MORATO LEITE.....	503
---	-----

6ª VARA FEDERAL DE FLORIANÓPOLIS/SC

Processo nº 5004793-41.2021.4.04.7200	513
---	-----

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA....	539
---	------------